



Discurso e Cognição

Karina Falconeⁱ (UFPE)

Resumo:

Este ensaio traz como ponto central a relevância de uma abordagem cognitiva para os estudos do discurso. O cerne da questão está no entendimento sobre a relação discurso ↔ sociedade, e seu desdobramento para a compreensão de aspectos que norteiam a prática discursiva, tais como *contexto*, *ideologia* e *modelos mentais*. A abordagem cognitiva do discurso tem como marco teórico a Análise Crítica do Discurso e foi desenvolvida por Teun A. van Dijk. Esta reflexão traz importante contribuição para a Linguística, pois suscita discussões sobre a própria natureza cognitiva do empreendimento de uso da língua (BEAUGRANDE, 1997).

Palavras-chave: discurso, cognição, Análise Crítica do Discurso.

Abstract:

The central point of this essay is to stand up for the relevance of a cognitive approach to discourse studies. The core of the question rests on the understanding about the relation discourse ↔ society, as well as on its unfolding to the comprehension of those aspects that guide discursive practice, such as *context*, *ideology* and *mental models*. Critical Discourse Analysis is the theoretical framework of the cognitive approach to discourse and it was developed by Teun A. van Dijk. This reflection brings an important contribution to Linguistics for it rouses discussions on the proper cognitive nature of the enterprise of language use (BEAUGRANDE, 1997).

Keywords: discourse, cognition, Critical Discourse Analysis.

1. Considerações Iniciais

Cognição e discurso já foram conceitos que pertenceram a campos epistemológicos distintos, tratados como incompatíveis, sendo cognição uma noção que unanimemente os analistas do discurso entendiam como algo que não lhes dizia respeito. Essa postura é ainda bastante forte entre alguns teóricos da AD, principalmente os da linha francesa, na qual a reação anti-cognitivista foi tomada quase como uma 'opção política', sustentada pelos equívocos de uma perspectiva mentalista, que, ao situar a cognição como uma propriedade inata, desconsiderava qualquer relevância do social em suas pesquisas.

É nesse sentido que Flower (1994, p.32) discorre sobre a dificuldade em construir uma teoria social cognitiva, pois se trata de um projeto que, além de abarcar toda uma complexidade teórica, também está relacionado a um problema de "política intelectual". Desenvolver uma teoria sociocognitiva resulta em uma tentativa de conciliar pesquisas tradicionalmente desenvolvidas em perspectivas dicotomizadas. A 'visão sociocognitivista', mesmo que desenvolvida a partir de linhas de trabalho distintas, assume o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo, sustentando que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos. "Neste caso, o interesse se concentra no modo como as pessoas, enquanto membros de culturas ou grupos particulares, percebem e descrevem o mundo social" (CONDOR e ANTAKI, 200, p. 454).

Marcuschi (2004) vai mais além e defende que, com o enfoque sociocognitivista, passa-se a analisar *atividades de construção*, e não mais de *processamentos*, conceito carregado por uma noção mecanicista da mente, como irei discutir mais adiante. Compreender que as propriedades cognitivas são construídas na prática social "possibilita perceber com mais clareza como emergem nas práticas públicas as propriedades da cognição e, assim, a possibilidade de captar o dinamismo dos processos que dão origem a estruturas conceituais complexas" (MARCUSCHI, 2004, p.13). Isso significa que a nossa forma de perceber, compreender, categorizar e, por fim, construir os 'objetos do discurso' resulta de atividades contínuas e situadas,

que se dão na interação social. Assim, trata-se de perceber como as pessoas agem sobre o mundo, no mundo, com o mundo.

A falência das polaridades *social x individual* já foi reivindicada por vários autores, em distintas áreas do conhecimento (SANTOS, 2004; 2003). Os estudos discursivos têm mostrado-se cada vez mais relevantes no trato dessa questão. Isso porque o empreendimento de usar uma língua encontra-se sempre em relação dialética entre os conhecimentos individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que a formulação de textos é uma realização individual, sempre será socialmente construída e compartilhada. É nesses termos que Beaugrande (1997) propõe a noção de língua como um *sistema virtual* – sendo esse sistema atualizado no texto, entendido como um *sistema real*. Assim, a língua é um 'sistema adaptado', sintonizado com os usos possíveis e os usos correntes. "Dessa forma, a relação entre o sistema virtual da língua e o sistema real de texto é uma dialética onde cada lado controla o outro, enquanto eles funcionam conjuntamente" (BEAUGRANDE, 1997, p.12).

Situar a língua como um sistema virtual tem como fundamento quatro propostas relevantes para a nossa discussão: *i)* a língua está integrada com a cognição e com a sociedade, encontrando-se no discurso a sua possibilidade de realização; *ii)* a língua está em evolução contínua, assim como todas as práticas sociais; *iii)* existem várias 'versões de língua' (ou usos), pois sua realização resulta de diferentes situações, entre diferentes interlocutores; *iv)* esta perspectiva reconsidera o equilíbrio entre a liberdade do uso da língua *versus* as convenções da língua de uma comunidade. É dessa forma que, ao usar uma língua, as pessoas nunca usam *toda a língua*, nem mesmo todo o seu conhecimento dessa língua, mas sempre uma '*versão ativada no fluxo do uso da língua*', o que dá suporte ao discurso. Nessa perspectiva, não cabe mais a noção de língua como um sistema fechado e bem ordenado. Como também não cabe mais a relação dicotômica entre língua e discurso, que nada mais é do que a repetição da dicotomia *individual x social*.

Beaugrande (1997, p.12) se opõe radicalmente às dicotomias:

Vamos encarar isso: a língua é sustentada pelas práticas discursivas e tomar esse fato seriamente pode nos levar a novos *insights* importantes para toda a série de pares estabelecidos em inadequadas dicotomias: teoria x prática, sistema x dados, geral x específico, saber x fazer, ordem x caos.

O grande equívoco dessas oposições, já tão cristalizadas no nosso cotidiano, é nos fazer crer que podemos compreender um aspecto desarticulado do outro. A proposta do autor consiste em entender a relação das coisas a partir de uma compreensão dialética e contínua. Assim como a ordem não é o oposto do caos, mas sim algo construído a partir da relação com ele, não há a possibilidade de *fazer* algo sem um *saber*, ou seja, não há uma *prática* que não esteja fundamentada por uma *teoria*. Romper com os antagonismos é fundamental para que se compreenda o que significa uma relação constitutiva entre discurso ↔ cognição ↔ sociedade, com a cognição operando nessa interface. Só assim pode-se concluir que o processo de produção textual requer uma interação complexa entre os 'delimitadores padrões da língua' (como as relações sintáticas, por exemplo) e os 'delimitadores emergentes' que um contexto envolve. Ou como afirma Beaugrande (1997, p.11): "as pessoas usam e compartilham a língua precisamente porque ela é um sistema continuado de interação com os seus conhecimentos sobre o seu mundo e sua sociedade".

Na concepção de que a língua é um sistema virtual e o texto é a sua possibilidade de atualização, dá-se espaço para a ação de um sujeito, mais especificamente um sujeito cognitivo, operando com o seu conhecimento social/individual para a prática linguística. Nessa perspectiva, cabem os conceitos de *interação*, *negociação*, entre outros, porque a atividade de atualização da língua é entendida a partir da sua propriedade social e cognitiva. Como concebe Beaugrande (1997), faz-se necessário um modelo de linguagem em interface com as delimitações linguísticas, cognitivas e sociais, delimitações estas construídas a partir do conhecimento compartilhado em sociedade. Esse modelo daria conta de explorar as *interfaces sistemáticas* entre o *movimento discursivo* (quando se realiza um enunciado), o *movimento cognitivo* (quando se acessa e usa o conhecimento) e o *movimento social* (quando há interação entre os indivíduos). Todos esses movimentos estão em co-sustentabilidade, ou seja, o discurso, a cognição e o social perpassam todos os movimentos. Assim, a idéia é de dinamicidade e interação e destacar esses movimentos tem apenas a função analítica.

Ao assumir a natureza inerentemente social da cognição, rejeito a perspectiva mentalista, que, ao situar a cognição como uma propriedade privada, preocupa-se em explicar como os conhecimentos de um indivíduo estão estruturados e representados em sua mente e como eles são acionados para resolver os problemas postos pelo ambiente (SHANON, 1993). Rejeitar o individualismo da proposta mentalista, entretanto, não deve ser entendido como negar que existem indivíduos, e que indivíduos têm mentes. Só que, tanto os indivíduos (atores sociais) como suas mentes (sua capacidade cognitiva) se constituem socialmente, e tal constituição propicia a interação entre sujeitos cognitivos. Isso me faz entender que operamos discursivamente porque somos dotados de propriedades cognitivas que nos propiciam produzir/compreender textos. Nossa habilidade linguística não pode ser tomada como algo que precede o nosso aparato cognitivo. É importante ressaltar que não entendo *apenas* como algo interno, mas sim um aparato que se constrói na interação, interação esta que se dá entre sujeitos situados sociocultural e historicamente.

De forma ampla, a inserção da perspectiva sociocognitiva na Linguística tem resultado em abordagens completamente diferenciadas e bastante produtivas, em várias linhas de investigação: no ensino da escrita (FLOWER, 1994), na Linguística de Texto (BEAUGRANDE, 1997; KOCH, 2004, MARCUSCHI, 2001), nos estudos de referência (MARCUSCHI, 2003; MONDADA, 2000; 1997), na reelaboração das noções de metáfora (LAKOFF e JOHNSON, 2002) e contexto (VAN DIJK, 2008; 2006), citando apenas alguns. Em um apanhado sobre os (des)encontros entre a Linguística e as Ciências Cognitivas, Morato e Koch (2003, p.85) defendem que essa relação é uma “empreitada pragmático-discursiva para se compreender melhor a natureza do processamento de certos aspectos da cognição humana”. Para as autoras, o estudo não só das línguas como também do funcionamento da linguagem tem lugar garantido nas ciências da cognição. A entrada da Cognição na Linguística foi considerada por Marcuschi (2005) como ‘uma espécie de *cognitive turn*’, em comparação à guinada Pragmática, datada de meados do séc. XX. Para o pesquisador, a preocupação da Linguística com as atividades cognitivas é de extrema pertinência, pois num certo sentido a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição (MARCUSCHI, 2005).

2. A Análise Crítica do Discurso: preceitos básicos do marco teórico

A reivindicação de um projeto cognitivo para a análise do discurso está fundada no campo da Análise Crítica do Discurso, na linha desenvolvida por Teun A. van Dijk. De acordo com van Dijk (2006, 2000), uma análise discursiva só dará conta das complexas relações entre prática discursiva e prática social se o aspecto sociocognitivo for tomado como uma interface entre essas duas práticas. Não se trata de propor mais uma vertente para as várias análises do discurso, nem mesmo algo que se opõe à ACD.

A preocupação de van Dijk não é delimitar seu trabalho em uma linha fechada de investigação ou criar uma nova 'escola' para os estudos do discurso. Pelo contrário: o autor ocupa-se em ampliar o quadro teórico da ACD, levantando problemas e questões teóricas de natureza cognitiva, ainda deixadas de lado por boa parte dos analistas críticos do discurso, mesmo que várias pesquisas em outras áreas do conhecimento venham, cada vez mais, ressaltando a relação irremediável entre a cognição e as práticas linguísticas.

A própria investigação empírica do discurso vem exigindo respostas que têm sido ignoradas por muitos pesquisadores – tais como os distintos processos de compreensão e escrita de textos, bem como o problema do contexto para a elaboração textual. Essa necessidade resulta da própria complexidade da prática discursiva, que envolve performances cognitivas e conhecimentos linguísticos de escritores/falantes socialmente situados, em um contínuo processo histórico de formação.

Os pesquisadores da Análise Crítica do Discurso (ACD) se alinham em um projeto de estudo básico: uma investigação discursiva não pode ser desenvolvida sem dar conta de aspectos *históricos*, *ideológicos* e de *relações de poder* (WODAK, 2003). Outro ponto convergente entre os analistas críticos do discurso é a investigação da constituição de fenômenos, e não apenas da sua interpretação ou explicação. Na ACD, desenvolvem-se pesquisas que buscam caminhos mais heurísticos que hermenêuticos, ou como definiu Wodak (2003, p.30): "não se trata só de descrever, explicar, mas de arrancar a raiz do problema".

Assim, racismo, discriminação, marginalização são estudados a partir de sua *constituição discursiva*, e não apenas como fenômenos resultantes de estruturas sociais definidas. Pode-se dizer também, com as palavras de Marcuschi (2005a), que se trata de 'escutar' o problema que se está investigando, de dialogar com ele. E, a partir desse 'diálogo', não somente entender as 'entranhas' dos problemas e agir – criticando e denunciando as formas de dominação e poder que tendem a ser naturalizadas em sociedade –, mas também ser uma forma de resistência criativa, pois, ao conceber o poder e a dominação como fenômenos resultantes de complexas práticas sociais – entre elas a discursiva –, situam-se também no discurso as possibilidades de mudança ou de acomodação.

O projeto comum da ACD é, fundamentalmente, uma postura epistemológica sobre o 'fazer científico', propondo a ruptura com uma série de conceitos que ainda estão estabilizados sob o paradigma da ciência moderna, tais como 'objetividade' e 'neutralidade' (SANTOS, 2003; KUHN, 1992). Defende-se, dessa maneira, o engajamento da prática acadêmica e a busca do diálogo com a sociedade para a construção do saber e para a mudança social.

3. A Análise Cognitiva do Discurso

A Análise Cognitiva do Discurso (AD Cognitiva) tem um princípio fundamental: a cognição opera na interface da relação entre discurso e sociedade (VAN DIJK, 2006, 2006a, 2000). É importante ressaltar que a proposta de uma AD Cognitiva não resulta simplesmente de uma articulação entre as teorias discursivas e cognitivas, nem tampouco se trata de uma abordagem psicológica do discurso. Mas antes, consiste em uma mudança de perspectiva acerca da natureza de como se percebe a relação discurso ↔ sociedade. Não há consenso entre os teóricos sobre esse processo de intermediação, pois se em algumas linhas de pesquisa o discurso é entendido como o elemento mediador entre texto e prática social (FAIRCLOUGH, 2001; 2003); em outras, como na perspectiva cognitivista, a intermediação é compreendida a partir de uma interface cognitiva.

Van Dijk (2006, 2006a, 2000) propõe a linha sociocognitiva na Análise Crítica do Discurso, com base na tríade *discurso, cognição e sociedade*. Para o autor, é

impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, assim como uma teoria cognitiva sem uma teoria social. Van Dijk (2006) defende que *uma análise cognitiva não exclui uma análise social*, pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva.

Essa compreensão pressupõe dois conceitos fundamentais: *i)* a cognição é uma propriedade desenvolvida individual e socialmente, pois é adquirida, aprendida, formada e transformada tanto em processos de interações sociais, como em processos individuais de percepção, inferenciação etc.; *ii)* a sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. Essas interações só podem ser realizadas a partir de crenças, conhecimentos, normas e valores compartilhados. Isso requer atores cognitivos, capazes de desenvolver tais elaborações (sobre si mesmos) e atribuí-las aos outros (outros grupos sociais). Se essas elaborações são de natureza cognitiva, sua função, entretanto, é de ordem social: elas possibilitam a *interação*. Isso quer dizer que interagimos porque compartilhamos os mesmos sistemas de crenças, que são os nossos conhecimentos. E esses conhecimentos não são totalmente sociais, já que alguns estão relacionados às nossas experiências individuais e biográficas, mesmo que esse processo de construção seja intrinsecamente social.

Desses conceitos, pode-se discutir outro: a noção de sujeito – ator social – em van Dijk. Mesmo que essa noção não seja desenvolvida em sua obra, como se ocuparam autores da linha francesa da AD, ela não é ignorada. É que o ator social se constitui na relação intrínseca entre a sociedade, a cognição e a prática social (entre ela, a prática discursiva). Dessa forma, é possível falar de uma noção de 'sujeito cognitivo': um agente reflexivo, crítico, que se forma (e é formado) nas interações sociais.

Assim, passo a tratar mais especificamente sobre o que van Dijk (2006a) denomina como *interface*: por um lado, os atores implicados no discurso não usam exclusivamente suas experiências e estratégias individuais; por outro lado, os discursos não são formados em uma externalidade absoluta denominada 'social', mas são construídos a partir de *marcos coletivos de percepção* – o que o estudioso define como *representações sociais*. Essas percepções socialmente compartilhadas constituem o vínculo entre o sistema social e o sistema cognitivo individual, coordenando as exigências externas das ações interativas com a experiência subjetiva.

É disso que trata a relação constitutiva: uma compreensão de cognição e de discurso como propriedades de natureza social, que se formam a partir de elaborações de atores cognitivos, críticos e reflexivos. Desse modo, faz-se necessária uma AD que opere a partir dessa compreensão e, assim, possa dar conta de vários aspectos das estruturas discursivas que uma perspectiva não-cognitivista não consegue (por exemplo, a construção de textos distintos partindo de um mesmo tema, as distintas inferências que leitores/ouvintes realizam no processo de compreensão de um texto etc.).

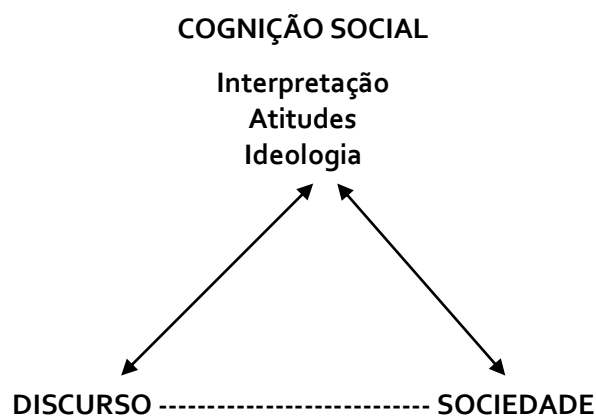


Figura 1: A Tríade da Análise Cognitiva do Discurso

Pela proposta de van Dijk (2000a), os três vértices desse triângulo (figura 1) estão vinculados, por isso não é possível dar conta dos aspectos cognitivos sem compreender que os conhecimentos e crenças são adquiridos e repassados discursivamente, em contextos sociais. Segundo o autor, qualquer tentativa de excluir uma das partes da figura resulta em uma análise reducionista, pois esses três elementos não são independentes.

Trata-se de uma perspectiva teórica que busca, primeiramente, superar a dicotomia *externo x interno*, como também desenvolver uma análise discursiva que não estabeleça o social como a 'causa' para todas as coisas, em uma relação determinística. Se estamos sob um paradigma de ciência em que não cabe mais um subjetivismo absoluto, também há uma tentativa de superação do enfoque totalmente externalista das ditas 'teorias sociais' e 'funcionalistas'. Como definiu

Sanders (2005), trata-se de buscar perspectivas alternativas para as teorias 'neo-behavioristas', que pressupõem uma total externalidade no fundamento do comportamento humano, e só analisam esse comportamento como ocorrências com base institucional/social¹.

3.1. A Proposta Sociocognitiva de Teun van Dijk

A Análise Cognitiva do Discurso trata de dar conta da ação coletiva/individual no processo de (re)construção do conhecimento, das ideologias, das crenças e das atitudes. Nessa linha de investigação, a mente não é compreendida como algo externo ao discurso, algo invisível, para a qual só cabem especulações, mas sim como de natureza discursiva. (VAN DIJK, 2000a). Para isso, é preciso considerar as propriedades cognitivas como resultantes de ações intersubjetivas, sendo construídas na interação social. E se, por um lado, a cognição se constitui na interação, por outro também a propicia, pois é através dos nossos conhecimentos compartilhados, – entre eles o linguístico – que nos entendemos, ou buscamos o entendimento pela negociação. Assim, a atividade discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados, e cognitivamente elaborados.

Conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir a conferências e aulas ou escutar uma música: são práticas discursivamente realizadas, que resultam de processos constantes de *compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentidos e de valores*, ou seja, das nossas 'performances cognitivas'. Assim é que discurso ↔ cognição ↔ interação estão em relação constitutiva, ressaltando-se que a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que praticamos individualmente, ou seja, nossa fala ou escrita, assim como em outras práticas sociais.

Perceber a propriedade de interface da cognição é buscar uma investigação aprofundada e complexa para uma questão ainda não totalmente resolvida na Análise Crítica do Discurso: como se dá a relação discurso ↔ sociedade? Se os analistas críticos do discurso concordam que a inter-relação entre discurso e sociedade não

¹ Para Sanders (2005), a proposta de Goffman (1967) tem sido a base fundamental para essas teorias neo-behavioristas.

pode ser investigada adequadamente sem a combinação de teorias lingüísticas e sociológicas, muitos ainda desconsideram (ou mesmo rejeitam) a abordagem sociocognitiva. Esse problema também é apontado por Wodak (2003; 2006) que, ao fazer uma revisão teórica do próprio trabalho, argumenta sobre a importância das teorias cognitivas na ACD, principalmente para dar conta do *link* entre discurso e sociedade. O objetivo de uma análise sociocognitiva do discurso deve ser, fundamentalmente, o de investigar as práticas discursivas como ações públicas que podem desempenhar uma variedade de funções sociais, tais como a (re)produção da discriminação étnica, social e sexista.

No ponto a seguir, pretendo abordar os conceitos fundamentais da AD Cognitiva de forma mais sistemática, discutindo tais conceitos a partir da perspectiva da interface discurso ↔ sociedade.

3.2. Discurso ↔ Sociedade em Três Aspectos de Interface

A interface entre discurso e sociedade é complexa e qualquer ênfase em alguns dos múltiplos fenômenos que envolvem essa relação sempre será reducionista. Dessa forma, como não é possível esgotar todas as questões, parece-me mais interessante focar em alguns aspectos fundamentais e mais relevantes para o quadro teórico desta investigação. Se a cognição é a propriedade que opera na interface entre a sociedade e as realizações discursivas, é preciso desenvolver noções que dêem conta de explicar teoricamente esse processo. Assim, tomo os conceitos de *contexto*, *modelos mentais* e *ideologia* para tratar a questão da interface, sem desconsiderar que várias outras propriedades atuam nessa relação.

Esses aspectos são também os que mais têm sido aprofundados na proposta de van Dijk para uma AD cognitiva. A noção de *modelos mentais*, desenvolvida por van Dijk e Kintch (1983) e adotada na Psicologia Cognitiva e na Linguística, pouco é explorada em análises discursivas, enquanto que os conceitos de *contexto* e *ideologia* ainda são tratados tendo como base as teorias tradicionais, como discuto mais adiante. Todas as considerações a seguir são fundamentadas a partir dos diversos estudos de van Dijk já citados neste trabalho.

Contexto

A principal distinção entre as teorias cognitivas e a teoria clássica sobre contexto reside no fato de que aquelas não aceitam que o discurso seja *diretamente determinado* por aspectos regularmente tratados como contextuais: instituições, cultura, gênero, idade, classe social etc. Se, por um lado, esses aspectos são relevantes para a elaboração de discursos, por outros eles não podem ser entendidos como determinantes. Na proposta de van Dijk (2006), contextos são interpretações subjetivas desses elementos, em um processo de interação situado. Assim, contextos são construções interacionais elaboradas a partir dos distintos elementos em uma situação social específica que os interlocutores tomam como relevantes para a sua produção discursiva. Não há uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais, mas sim interpretações que atores sociais engajados em alguma prática elaboram sobre esses aspectos. Por isso, para evitar esse determinismo social, é preciso levar em conta não apenas as condições de variações sociais, mas também as variações individuais através das interfaces sob as quais operam os interlocutores quando falam ou escutam: eles compreendem, interpretam, constroem etc. Ou seja, contextos são *subjetivos* por definição – sem desconsiderar suas propriedades sociais e intersubjetivas, que possibilitam, por exemplo, a compreensão discursiva.

Os contextos são co-construções situadas e dinâmicas, cujas ações dos interlocutores continuamente as reconfiguram. É nesse sentido que os contextos operam na interface entre a prática social e a discursiva. O processo de elaboração ou compreensão de um texto não é *diretamente controlado* pelos papéis dos interlocutores, sua classe social, ou sua idade, ou mesmo um determinado evento social, esses elementos vão constituir subjetivamente a fala e a escrita, pois dependerá, primeiramente, de como as pessoas compreendem e interpretam os elementos contextuais relevantes para a elaboração desses textos, assim como os conhecimentos por elas compartilhados. A partir de uma perspectiva cognitivista, podemos afirmar que os contextos são as construções mentais (com base na experiência social) com as quais operamos no momento de elaboração de um texto (falado ou escrito), daí a afirmação de que texto e contexto estão intrinsecamente

vinculados, sendo que o contexto não se constitui apenas pelas estruturas externas ao discurso, mas também pelas representações subjetivas elaboradas pela nossa cognição. É apenas com essa compreensão que podemos dar conta de como os atores sociais são diferentemente influenciados e atuam distintamente em uma mesma situação social.

Outro aspecto importante da teoria de van Dijk (2006) sobre contexto são os elementos que dão conta da *relevância*. Ou seja, o que é socialmente construído e individualmente assumido como relevante, em eventos comunicativos específicos e, em outra situação, com outros indivíduos, mas em um mesmo evento comunicativo, as relevâncias passam a ser outras. Essa questão é particularmente importante para refletirmos porque alguns gêneros, mesmo que tendam a ser ritualizados, nunca são exatamente reproduzidos. Por exemplo: dar uma aula. Mesmo quando tratamos dos mesmos assuntos, são ocorrências distintas nas diferentes turmas. Isso porque é no momento da interação com um grupo de alunos específicos – ou seja, uma ação situada, que os elementos contextuais são construídos e, assim, o que é tomado como relevante para aquele evento. Assim, as relevâncias dos contextos só podem ser definidas se elas forem entendidas como ‘relevâncias-para-os-participantes’: sem abstrações e generalizações determinadas pelos altos níveis das estruturas sociais. Assim, o aspecto da relevância do contexto é importante para dar conta do processo interacional dos participantes em um evento e, conseqüentemente, como eles se constroem a partir da influência dos outros participantes, das suas próprias definições, assim como as da própria interação.

Modelos Mentais

Os modelos mentais são construções subjetivas ou definições que se atribui a situações comunicativas específicas, daí a relevância de seu estudo nas práticas discursivas. Eles são constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória episódica (parte da memória de longo prazo que dá conta das nossas estruturas mentais mais imediatas). Por isso, os modelos mentais não podem ser entendidos como elementos de natureza rígida e homogênea. A sua atualização se dá a partir do nosso contínuo processo de atividade social. Os modelos mentais estão

relacionados ao processo de produção e compreensão textual ou de eventos, pois operam na construção das representações sobre tais eventos ou das situações tratadas em um texto. Os modelos mentais são de natureza social², pois têm fortes características de 'pertença' de grupos, mas são também intrinsecamente individuais, resultando das nossas experiências, da nossa biografia, armazenadas na nossa memória. Eles também são situacionais/interacionais, pois são diferenciados em cada ação comunicativa: toda prática discursiva envolve a articulação de modelos mentais específicos, por isso eles são representações subjetivas dos eventos ou situações sobre as quais um discurso trata.

Os modelos mentais são estruturas cognitivas que podem ser entendidas como as nossas 'representações da realidade', por isso operam nas avaliações e valorações (opiniões) sobre eventos específicos, grupos e atores sociais. Os modelos mentais estão em relação intrínseca com o contexto, pois são as estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos. Por isso, no processo discursivo, os modelos mentais relacionados às situações que estamos tratando têm várias funções. Primeiro, eles servem como ponto de partida do discurso: nós sabemos alguma coisa nova sobre um evento ou uma situação e essas representações servem como orientações momentâneas para contar uma história, escrever uma notícia jornalística, uma carta etc. De forma inversa, os modelos mentais também têm a função instrucional, ou seja, servem aos nossos processos de compreensão discursiva: entendemos os discursos quando somos capazes de construir modelos mentais sobre eles. Assim, o próprio processo de construção de sentido de um texto envolve a produção e atualização de um modelo mental.

É da natureza dos modelos mentais as organizações esquemáticas construídas culturalmente. Por isso, eles são variáveis e muitas das suas propriedades são gerais. Isso quer dizer que as pessoas não entendem os discursos e os eventos, nem mesmo de formas infinitamente variáveis. Mas elas se utilizam de esquemas, movimentos e estratégias cognitivamente acessíveis para facilitar sua tarefa de compreender as mais distintas variações discursivas e situacionais. Dessa forma, chega-se a um aspecto

² A perspectiva da constituição social dos modelos mentais é um dos pontos principais para distinguir essa noção de uma perspectiva mentalista. Não é por eles serem entendidos como elaborações mentais que devem ser tomados como algo inato. Eles compõem o nosso aparato cognitivo e são constituídos a partir das nossas relações sociais.

fundamental sobre os modelos de contexto: como se tratam de organizações cognitivas para a produção e compreensão discursivas, eles são essenciais para o próprio processo interacional. Por isso, os modelos mentais não podem ser apenas atrelados à articulação de elementos linguístico-discursivos para a construção discursiva. Eles também acionam a articulação de elementos complexos, tais como a memória e os conhecimentos compartilhados. Resumidamente, seguindo as palavras de van Dijk (2006): os modelos mentais são construções muito poderosas e algumas investigações têm mostrado que eles 'existem' independentemente de estarem envolvidos em situações discursivas.

Ideologia

Ao situar a ideologia como um dos aspectos que opera na interface entre discurso e sociedade, van Dijk (2000b, 1998) elabora esse conceito a partir do enfoque sociocognitivo. Essa perspectiva se diferencia bastante das tradicionais, principalmente as desenvolvidas com base na linha marxista. Na proposta de van Dijk (2000b, 1998), a ideologia não tem a conotação negativista e opressora – ou como foi definida na perspectiva marxista de 'a falsa consciência' –, pois não está atrelada a um instrumento da classe dominante para manter o poder. Essa mudança na noção de ideologia se deve, em princípio, às referências adotadas por van Dijk para investigar tal fenômeno. Se, tradicionalmente, o conceito de a ideologia foi desenvolvido pela Sociologia e pela Filosofia, situando-a a partir das relações de poder, com os estudos da Psicologia e da sociocognição, passou-se a tratar dessa noção como *sistemas de crenças compartilhados por grupos*, ou como elaborações cognitivas compartilhadas por pessoas que fazem parte do mesmo grupo social.

Nessa perspectiva, as ideologias não são falsas nem verdadeiras, mas elementos de coesão e coordenação de práticas sociais. Essa mudança de enfoque não mais situa a ideologia como um instrumento de opressão, mas como um aspecto que pode propiciar, inclusive, a mudança social. Por um lado, existe o predomínio das ideologias das classes dominantes, que contam com vários artifícios para a sua imposição, entre eles o domínio discursivo, mas por outro também existem as ideologias revolucionárias e libertadoras. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

(MST), por exemplo, é regido por ideologias que defendem a reforma agrária e um sistema igualitário de distribuição de renda. E, dessa forma, poderíamos citar outros grupos ideológicos que lutam contra o *status quo*, tais como o movimento feminista e o movimento negro.

Como concebe van Dijk (1998, p.21), as ideologias são “as bases das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo”, permitindo-os se organizar em torno de crenças sociais específicas, o que os unem e os permitem agir coordenadamente. Por isso, as ideologias são entendidas como elementos que operam na interface entre sociedade e cognição. Da diversidade de valores e conceitos construídos em uma sociedade, os grupos se articulam em torno de afinidades, e assim compartilham e re-elaboram suas crenças. Assim, podemos afirmar que a ideologia é uma categoria axiomática, pois define outros elementos cognitivos (como os modelos mentais), sendo socialmente construída e compartilhada, pois diz respeito necessariamente a grupos (não há ideologias individuais), sendo discursivamente reproduzida. Isso quer dizer que as ideologias se constituem a partir de três aspectos: *cognitivo*, *social* e *discursivo*. Entretanto, se várias práticas se organizam em torno da ideologia, é a partir do discurso que ela mais se propaga. Dessa mesma forma, é pela análise discursiva que podemos identificar suas manifestações e combatê-las, no caso de ideologias que propagam o racismo, o preconceito e discriminação, por exemplo.

Sendo as ideologias crenças compartilhadas por grupos sociais, elas definem a identidade, os interesses e as ações desses grupos. As ideologias são as organizações cognitivas responsáveis, por exemplo, pela polarização Nós x Eles, e operam fortemente no processo de compreensão de mundo e na ação social. A polarização Nós x Eles é fortemente marcada nos discursos ideológicos e, necessariamente, tem a função valorativa (bem x mal); (certo x errado). Dessa forma, é importante ressaltar que “as ideologias não são apenas ‘uma visão de mundo’ de um determinado grupo, mas fundamentalmente os princípios que formam a base dessas crenças (VAN DIJK, 1998, p.21)”. Assim como também as ideologias não servem apenas para ‘dar sentido’ às ações sociais, mas são as reguladoras e propulsoras dessas ações. Em outras palavras, as ideologias consistem em representações sociais que definem a identidade social de um grupo. Assim, as diferentes ideologias são definidas pelo tipo do grupo

que 'tem' uma ideologia. Por isso, por exemplo, o MST é tão distinto da União Democrata dos Ruralistas (UDR), assim como são distintas as ideologias das mais variadas igrejas, partidos políticos etc.

Como o fundamento sociocognitivo de grupos sociais, as ideologias são gradualmente adquiridas pelos seus membros e, em determinados momentos históricos, mudadas. Por isso, elas são de natureza relativamente estável. Isso quer dizer que ninguém se transforma em um socialista, por exemplo, a partir de uma decisão pontual. Várias experiências, interações e discursos são precisos para adquirir uma ideologia ou modificá-la. O contrário também pode ser analisado dessa forma. Se as ideologias são gradualmente adquiridas, elas também podem ser gradualmente 'desintegradas' e, assim, membros de grupos deixam de acreditar no que antes o identificava como daquele grupo. Assim, podemos afirmar, seguindo van Dijk (2006b), que as ideologias têm várias funções sociais e cognitivas: *i)* elas organizam e consolidam as representações sociais dos grupos; *ii)* são as bases principais para a elaboração dos discursos dos membros dos grupos como membros dos grupos; *iii)* elas possibilitam que membros de grupos organizem e coordenem suas ações e interações em propósito dos interesses coletivos. Por fim, as ideologias funcionam como parte da interface sociocognitiva entre as estruturas sociais dos grupos, de um lado, assim como seus discursos e suas outras práticas sociais, de outro.

Na teoria de van Dijk, as ações de 'representações sociais' são intrínsecas aos três elementos pontuados acima. Entretanto, o autor ressalta que as representações sociais *não podem ser reduzidas a modelos mentais*. Se estes dão conta das singularidades discursivas construídas ideológica e socialmente, essas singularidades não podem ser explicadas apenas pelas circunstâncias. Elas precisam ser elaboradas a partir de estruturas mentais mais permanentes, trocadas com os outros, e que componham a memória social. O conhecimento social, as atitudes e as ideologias precisam de mais estabilidade, permanência e continuidade, em relação às distintas situações, para que sejamos capazes de agir em ações comunicativas. Por isso, é preciso levar em conta que nós precisamos ter conhecimentos, crenças, valores e normas de âmbito geral que sejam socialmente compartilhados. E as representações sociais dariam conta exatamente desses aspectos. Assim, elas não são 'espelhos' do

mundo em que vivemos, mas construções coletivas da forma que vemos o mundo. Elas são, enfim, a nossa cognição compartilhada.

4. Considerações Finais

Discutir a relação discurso-cognição-sociedade tem como cerne epistemológico a reflexão sobre os ditos elementos 'externos' e 'internos' à mente e ao social, e como eles se relacionam. A essas questões, somamos a reflexão também bastante polêmica na Linguística: o que é interno ou externo à língua? São questões longe de serem óbvias e tampouco há consenso sobre qualquer uma dessas respostas. Assim, as distintas compreensões sobre essas relações levam a caminhos teóricos diversos, direcionando teorias linguísticas, cognitivas, sociais e psicológicas.

Para Morato (1996), trata-se de um grande desafio investigar como os processos cognitivos emergem, se desenvolvem e se transformam na relação inter e intra-cognitiva. É um desafio que uma explicação que incida sobre as sanções externas (puramente sociais) ou sobre as formas internas aprioristicamente concebidas, não dão conta, respectivamente, do processo interno das funções mentais e do seu processo de desenvolvimento.

A complexidade das questões que se apresentam para esta discussão justifica o quadro teórico traçado, com base nos estudos de natureza sociocognitiva, tendo a Análise Crítica do Discurso (ACD) como principal aporte, dentro das teorias Linguísticas, para a construção desse quadro.

Pesquisas com distintos caminhos investigativos são desenvolvidas na ACD, portanto não se trata de um campo monolítico. Na essência da sua proposta estão os mais distintos diálogos teóricos. O único norte traçado na ACD é o político: os trabalhos acadêmicos devem assumir uma postura contrária às desigualdades sociais, colocando-se ao lado da luta dos excluídos. Por isso, a ACD é explicitamente ideológica e contrária ao paradigma positivista.

Referências

- BEAUGRANDE, R. 1997. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. New Jersey, Ablex Publishing Corporation.
- CONDOR, S. & ANTAKI, C. 2000. Cognición social y Discurso. In: VAN DIJK, T.A. (org.). *El Discurso como Estructura y Proceso*. Barcelona, Gedisa Editorial, p.p 453-490.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing Discourse. Textual Analysis for Social Reserach*. London, Routldge.
- _____. 2001. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, Editora da UnB.
- FLOWER, L. 1994. *The Construction of Negotiated Meaning. A Social Cognitive Theory of Writing*. Southern Illinois University.
- KOCH, I. 2004. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo, Martins Fontes.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 2002. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Editora Mercado de Letras, São Paulo.
- MARCUSCHI, L.A. 2005. Do Código para a Cognição: o Processo Referencial como Atividade Criativa. *Revista Veredas, UFJF*.
- _____. 2005a. Heráclito e o Hipertexto: o Logos do Hipertexto e a Harmonia do Oculto. *Conferência apresentada no I Congresso de Hipertexto*. Recife, UFPE.
- _____. 2005b. *Curso de Linguística Cognitiva*. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).
- _____. 2004. O Léxico: Lista, Rede ou Cognição Social? In: Negri, L.; Foltran, M.J.; Oliveira, R.P. (Orgs.). *Sentido e Significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo, Contexto, pp.263-284.
- _____. 2003. Atividades de Referenciação, Inferenciação e Categorização na Produção de Sentido. In: Feltes, H.P.M (org.). *Produção de Sentido – Estudos Transdisciplinares*. São Paulo, Annablume, pp. 239-262.
- _____. 2001. *Da Fala Para a Escrita. Atividades de Retextualização*. São Paulo, Cortez.

- MONDADA, L. 2000. Pour un Approche de Activités de Catégorisation. In: Gajo, L. *Interactions et Acquisition en Contexte*. Freiburg, Editions Universitaires, p.p 99-127.
- _____. 1997. Processus de Catégorisations et Construction Discursive des Catégories. In: Dubois, D. (Org.). *Catégorisation et Cognition: de la nova perception au discours*. Paris, Kimé, p.p 291-313.
- MORATO, E.M. 1996. *Linguagem e Cognição. Reflexões de L.S. Vygotsky sobre a Ação Reguladora da Linguagem*. São Paulo, Plexus Editora.
- SANDERS, R.E. 2005. Validating 'Observations' in Discourse Studies: a Methodological Reason for Attention to Cognition. In: *Conversation and Cognition*. Ed: Molder, te H. & Potter, J. New York, Cambridge.
- SANTOS B.S. (org.) 2004. *Um Discurso Sobre a Ciência*. São Paulo, Cortez.
- _____. 2003. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. São Paulo, Editora Graal.
- SHANON, B. 1993. *The Representational and the Presentational (an Essay on Cognition and the Study of Mind)*. London, Harvester Wheatsheaf.
- VAN DIJK. T. A. 2008. *Context. A Multidisciplinary Theory*.
- _____. 2006. Discourse, Context and Cognition. In: *Discourse Studies*. Vol 8(1): 159-177. London, Sage.
- _____. 2006a. *Notas de Orientação*. Estágio de Doutorado/Capes: de Outubro de 2005 a Setembro de 2006. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.
- _____. 2000. *Cognitive Discourse Analysis*. www.discourse.org
- _____. 2000a. El Discurso como Interacción en la Sociedad. In: *El Discurso como Interacción Social*. van Dijk, T.A (Compilador). Barcelona, Gedisa Editorial, p.p 19-66.
- _____. 2000b. *Ideología. Una Aproximación Multidisciplinaria*. Barcelona, Gedisa Editorial.
- _____. 1998. Discourse and Power. In James Anderson (Ed.). *Communication Yearbook*. Beverly Hills, CA, Sage, p.p 1 – 65.
- VAN DIJK, T. A., & KINTSCH, W. 1983. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press.
- WODAK, R. 2006. Mediation Between Discourse and Society: Assessing Cognitive Approaches in CDA. *Discourse & Society* 8(1): 179-190, London, SAGE.

_____. 2003. De qué Trata el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Wodak, Ruth y Meyer, Michel (compiladores). Barcelona, Gedisa Editorial.

ⁱ **Karina FALCONE, Profa. Dra.**
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Programa de Pós-Graduação em Letras
kfalcone@gmail.com